

Estudos clássicos no Brasil: um presente do passado?

Rafael Guimarães Tavares da Silva¹

Resumo: Proponho aqui uma reflexão, em quatro tempos, acerca da disciplina moderna dos Estudos Clássicos, levando em conta sua história geral e, em seguida, sua formação específica no Brasil. Para isso, situo rapidamente um discurso que tem se tornado comum sobre a crise dessa área, referenciando alguns estudos sobre o tema, para, em seguida, delinear — à luz de minha própria formação e experiência como classicista no Brasil — certos aspectos de sua história disciplinar recente (desde o final do século XVIII), com ênfase em seu estabelecimento na universidade brasileira a partir de meados do século XX. Encerro a proposta com algumas considerações de viés prático em torno dos vários sentidos da pergunta que vem sugerida pelo subtítulo deste artigo: Estudos Clássicos no Brasil, um presente do passado?

Palavras-chave: História dos Estudos Clássicos. Estudos Clássicos no Brasil. Crise. Presente. Passado.

Introduções

Nomes importantes dos Estudos Clássicos têm atentado para uma crise do campo nas últimas décadas, e parece difícil contestar a ideia de que ela esteja relacionada a questionamentos de ordem tanto social quanto político-econômica. Entre demandas progressistas identitárias, por um lado, e análises econômicas de viés neoliberal, por outro, classicistas têm sentido cada vez mais a necessidade de se posicionar em relação aos desafios do presente. Trabalhos recentes como os de Eric Adler (2016), John Bloxham (2018) e Donna Zuckerberg (2018) têm indicado de que forma certos discursos sobre as Clássicas em crise devem

1 Professor de Literatura do curso de Letras da Universidade Estadual do Ceará (UECE), campus Aracati, com bacharelado em Grego Antigo e licenciatura em Português-Francês pela Faculdade de Letras (UFMG), além de mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários (FALE-UFMG). Atualmente faz uma pesquisa de pós-doutorado sob a supervisão do Prof. Nabil Araújo (UERJ).

ser entendidos a partir de sua conexão com o debate das *culture wars*, vivenciado nos EUA desde o final da década de 1980, e suas consequências no âmbito da cultura. Minha proposta aqui consiste em propor algumas reflexões sobre a história dos Estudos Clássicos e a consolidação gradual desse campo no Brasil, levando em conta minha própria formação na área para refletir sobre a pergunta colocada no subtítulo deste artigo, isto é, sobre a(s) (im)possibilidade(s) de encararmos os Estudos Clássicos no país como um presente do passado.

Um interesse que tem me acompanhado nos últimos anos diz respeito ao lugar e ao posicionamento da pessoa responsável pela pesquisa acadêmica diante da sociedade e de sua própria disciplina. Mais especificamente, tenho me interessado pelo lugar e pelo posicionamento de classicistas perante a sociedade e o campo dos Estudos Clássicos em seu próprio tempo. Esse interesse surgiu como desdobramento de minhas pesquisas — iniciadas ainda na graduação, embora só tenham se concentrado sobre isso a partir do mestrado —, quando uma análise de algumas teorias sobre as origens do drama, desde suas primeiras formulações na Antiguidade até seus desenvolvimentos durante a Idade Média, o Renascimento e a Modernidade, promoveu a possibilidade de compreender que essas teorias não existiam em abstrato, mas estavam profundamente imbricadas com o período histórico em que foram formuladas e a biografia dos teóricos responsáveis por formulá-las. Colocando-as em perspectiva, esbocei um panorama hermenêutico amplo o bastante para dar a ver de que forma esse imbricamento acarretava não apenas diferentes interpretações de dados e fatos relativos às origens dos gêneros dramáticos, mas também diferentes formas de definição dos dados e fatos com alguma relevância para a discussão.

Com essas reflexões, não pretendi acusar a parcialidade das construções propostas pelos estudos analisados por mim — e que incluíam autores da altura de um Platão, um Aristóteles ou um Nietzsche —, mas

antes chamar atenção para a inevitabilidade de que toda interpretação tenha que ser sempre provisória e parcial. Deixando de lado os casos em que há evidente negligência ou má-fé na manipulação de determinadas abordagens teóricas ou elementos do *corpus*, toda pesquisa deve ser capaz de se posicionar criticamente perante o material disponível, assumindo critérios de seleção e exclusão daquilo que tem mais interesse segundo a adoção de um ou mais posicionamentos dentre aqueles que as múltiplas teorias fornecem num dado contexto epistemológico. A compreensão dessa abertura e da necessidade de tomar um posicionamento com relação a tudo o que se associa a ela no âmbito de uma pesquisa científica está na base dos trabalhos que tenho desenvolvido desde então, incluindo a presente reflexão.

Peço desculpas pela extensão que essas “Introduções” vão adquirindo, mas espero que nada disso pareça supérfluo ou inútil para uma compreensão do que já estou delineando aqui sobre “Estudos Clássicos” e “Estudos Clássicos no Brasil”, bem como sobre “presente” e “passado”. Trabalhos recentes da área têm chamado cada vez mais atenção para a importância de se dar espaço discursivo à pessoa responsável pela pesquisa, a fim de suscitar uma melhor compreensão daquilo que pesquisa, de que forma pesquisa etc. Vida e obra andam mais próximas do que às vezes se admite na universidade, sobretudo no campo dos Estudos Clássicos, com seus ideais de *philologia perennis*. Essa retrospectiva de uma parte de meu percurso pessoal visa suscitar nada mais do que uma contextualização básica para o que me surgiu como uma pergunta sobre o lugar dos Estudos Clássicos na história da educação. Sobre seu lugar na história *tout court*. Sobre seu lugar em meio à fundação e à fundamentação do poder: entre política, religião, conhecimento e cultura.

Estudos Clássicos

Antes de entrar no principal, gostaria de propor um breve rodeio para justificar o percurso argumentativo aqui adotado. No título do artigo, falo de “Estudos Clássicos no Brasil”. Por que começar então tratando de Estudos Clássicos de modo geral, quando, na verdade, essa generalidade é apenas uma forma de tratar dos Estudos Clássicos na Europa? Aqui, alguém poderia imaginar que adoto atitude análoga à de Antonio Candido, quando escreve as seguintes palavras no prefácio à 1ª edição de sua célebre *Formação da Literatura Brasileira*, publicada originalmente em 1957:

Há literatura de que um homem não precisa sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade; outras, que só podem ocupar uma parte da sua vida de leitor, sob pena de lhe restringirem irremediavelmente o horizonte. Assim, podemos imaginar um francês, um italiano, um inglês, um alemão, mesmo um russo e um espanhol, que só conheçam os autores da sua terra e, não obstante, encontrem neles o suficiente para elaborar a visão das coisas, experimentando as mais altas emoções literárias.

Se isto já é impensável no caso de um português, o que se dirá de um brasileiro? A nossa literatura é um galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. (CANDIDO, 2000, p. 9).

Se isso fosse verdade para o caso da literatura brasileira, em que, até a década de 1950, já contávamos com figuras como Clarice Lispector, Guimarães Rosa, João Cabral de Mello Neto, Cecília Meirelles, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Lima

Barreto e Machado de Assis, dentre muitas outras, que dizer dos Estudos Clássicos brasileiros? Na terceira seção deste artigo, veremos que, na década de 1950, ainda mal engatinhávamos nessa área acadêmica no Brasil. Contudo, não compartilho do posicionamento que Candido defende no trecho supracitado e, embora compreenda sua preocupação quando faz tais afirmações, acredito que padecemos antes muito mais do segundo mal do que do primeiro: ou seja, tanto em termos de Literatura Brasileira quanto de Estudos Clássicos no Brasil, pecamos menos por um excesso de zelo e atenção pelo que é produzido entre nós do que pelo quase exclusivismo com que nos voltamos ao que é publicado nos EUA, no Reino Unido, na França, na Alemanha, na Itália etc. Algo dessa mesma atitude, inclusive, é muito evidente nas palavras do próprio Candido.

Também não acho que um literato ou um classicista, quer ele seja estadunidense, britânico, francês, alemão ou italiano, esteja liberado da obrigação de “sair para receber cultura e enriquecer a sensibilidade” com pessoas e obras de outras nacionalidades para além da sua própria; por mais vastas, ricas e complexas que sejam as produções literárias e acadêmicas dessas tradições, quem quer que fique confinado nesses limites será imediatamente reconhecível, “mesmo que seja erudito e inteligente”, devido à incapacidade de dialogar com certas ideias e correntes no campo da Literatura e dos Estudos Clássicos. Poderia me apoiar aqui em grandes nomes, tanto brasileiros quanto estrangeiros, para demonstrar isso, mas acredito que qualquer pessoa consegue pensar em alguns nomes com base em suas experiências pessoais de leitura: todos os grandes nomes — eu enfatizo, *todos* os grandes nomes — elaboraram suas obras em diálogo com mais de uma cultura, em mais de uma língua, sempre.

Assim sendo, alguém poderia me perguntar: por que então você pretende começar tratando de Estudos Clássicos de modo geral, isto é, de Estudos Clássicos na Europa, em vez de já partir logo para o tema do texto que é “Estudos Clássicos no Brasil”? Minha resposta aqui seria: por uma

questão de princípios, meios e fins. Ainda que eu não compartilhe do ideário vitalista que sugere o trecho de *Candido*, é inegável que certos aspectos de um jogo metafórico análogo fazem parte de nossas ideias de cultura e cultivo, em suas relações com o processo mais amplo da colonização. Os Estudos Clássicos foram transplantados para o Brasil. Os Estudos Clássicos não são uma espécie autóctone — nascida diretamente de nossa terra —, como tive a experiência de descobrir durante um intercâmbio acadêmico em Freiburg (na Alemanha): em meu primeiro dia de aula da disciplina dedicada a uma leitura do canto IX da *Odisseia*, fui indagado por uma colega de classe sobre os motivos pelos quais alguém no Brasil se interessaria por estudar grego antigo e latim, já que não tínhamos qualquer relação com essas culturas, isto é, já que se cavássemos o solo não encontraríamos ruínas clássicas nem algo do tipo. Evidentemente, fiquei estarelecido com os termos em que a questão foi formulada. Só aí descobri, meio perplexo, que os Estudos Clássicos não eram uma espécie autóctone brasileira. Digo isso não porque imaginava que fossem, mas porque jamais imaginei que pudessem ser vistos como autóctones de qualquer lugar, muito menos da cidadezinha de Freiburg, no sul da Alemanha! Aparentemente, contudo, houve e ainda há quem acredite nisso ou em diferentes versões dessa mesma ideia. Pretendo abordar rapidamente essa questão em breve, mas justifico desde já minha opção dizendo que, em termos de poder (epistemológico, institucional e até discursivo, de persuasão pura e simples), é preciso confrontar esse tipo de concepção se quisermos abrir espaço para estabelecer os fundamentos de uma construção diferente de Estudos Clássicos, em sua relação, ou não, com seu lugar em países “periféricos”, como o Brasil. Assim sendo, comecemos pelo começo, isto é, pelo “centro”.

Os Estudos Clássicos constituem um campo acadêmico dedicado às línguas e culturas da Antiguidade mediterrânea, em especial a grega e a latina. A história desse campo é bastante complexa e, embora muitos textos e manuais já tenham sido dedicados à questão desde o início do século

XIX, não há consenso sobre uma série de pontos fundamentais de seu surgimento e desenvolvimento, incluindo suas delimitações e propósitos na contemporaneidade.

Para citar aqui ao menos alguns desses textos, que sejam mencionadas as obras clássicas de Sir John Edwin Sandys (em três volumes, 1903-1908), Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf (1921) e Rudolf Pfeiffer (em dois volumes, 1968 e 1976). Em que pesem as diferenças de tratamento e profundidade com que cada um desses classicistas abordou diferentes pontos de suas histórias do campo, uma questão comum a todos é o reconhecimento de que seria preciso remontar à própria Antiguidade para encontrar suas raízes, relacionadas certamente com a atividade dos filólogos da Biblioteca de Alexandria — ou mesmo com as escolas de filósofos como Aristóteles e Platão, ou ainda com a prática hermenêutica de sofistas, rapsodos e até pensadores e poetas do período arcaico. Outro ponto relativamente pacífico nesses manuais é a importância que parecem representar para a constituição do campo dos Estudos Clássicos, com base na noção antiga de Filologia, tanto o Renascimento italiano, quanto o Neoclassicismo francês, os séculos XVII e XVIII no Reino Unido e nos Países Baixos, embora os louros se destinem invariavelmente às universidades da Alemanha no século XIX. Todos esses manuais propõem uma retrospectiva teleológica da formação de uma disciplina cujo ápice é sua conformação crítica na modernidade, e essa só se verificaria a partir das propostas de Friedrich August Wolf, não com seus célebres *Prolegomena ad Homerum* [Prolegômenos a Homero], de 1795, mas sim com sua *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft* [Apresentação da ciência da Antiguidade], de 1807.

Diante desse jogo de nomes próprios e disciplinares, datados e lugares mais ou menos conhecidos de quem se interessa pelo estudo dos antigos gregos e romanos, alguém poderia se perguntar: mas qual a diferença entre Estudos Clássicos, Filologia (ou Filologia Clássica), Ciência da Antiguidade

e outras possíveis denominações da área?

Não há resposta fácil a essa questão e o primeiro passo aqui seria tentar explicitar as origens, as histórias e os sentidos de cada uma dessas expressões. Como não há espaço para entrar nos meandros dessa problemática, convém remeter quem busque alguns marcos preliminares de tal discussão às páginas iniciais do primeiro volume da obra já citada de Sir Sandys (1903, p. 1-15). O estudioso aí remonta às origens de noções como “scholarship” (ingl., ciência), “φιλολογία” (gr., filologia), “γραμματική” (gr., arte das letras, gramática), “litteratura” (lat., letras), “κριτική” (gr., crítica), “Altertums-wissenschaft” (alem., ciência da Antiguidade). O que interessa aqui, contudo, é uma curiosa ausência conceptual nesse capítulo introdutório que Sir Sandys dedica a tantas noções importantes para a sua monumental *History of Classical Scholarship* [História dos Estudos Clássicos], isto é, a noção de “classicus” (lat., clássico).

O próprio estudioso é quem indica o que vale a pena explorar nas origens desse termo, quando diz o seguinte ao encerrar seu panorama sobre a obra do autor latino Aulo Gélío (ca. 125 – 180 E.C.):

Numa história dos Estudos Clássicos convém notar que, enquanto Cícero descreve Cleantes e Crisipo como *quintae classis* [de quinta categoria], Gélío (XIX. 8, 15) opõe o “*scriptor classicus*” [escritor clássico] ao “*scriptor proletarius*” [escritor pobretão], obviamente derivando sua metáfora da divisão do povo romano em classes por Sêrvio Túlio (VI (VII) 13, 1): aqueles da primeira classe sendo chamados *classici* [clássicos], enquanto todos os demais, *infra classem* [abaixo da classe], e os últimos, *proletarii* [pobretões]. [...] [É] desse uso raro de *classicus* que o termo moderno “clássico” é derivado. (SANDYS, 1903, p. 200, tradução minha).

Não é preciso ser latinista para compreender: a breve análise de Sir Sandys sugere que um termo aplicado a um ramo do conhecimento

fundado na Modernidade (e válido até os dias de hoje, como bem indicam os nomes da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos e de tantos outros centros de estudo do país) deriva de uma expressão empregada na Antiguidade para se referir a uma divisão socioeconômica, ou seja, a uma classificação hierárquica do povo romano em categorias de cidadãos. Aqui seria possível fazer referência ainda ao uso do termo por Quintiliano (*Instituição Oratória*, I. 23-24) para se referir às classes escolares no século I E.C., mas as palavras supracitadas são o bastante para indicar as limitações e os pressupostos implicados pelo uso do termo “clássico” em seu contexto antigo: para além da sugestão de uma visão de mundo classista, é inevitável que seu viés se dê ainda em chave elitista, ou seja, da perspectiva da elite que se compreende como a única classe abaixo da qual todas as outras se encontram.

Talvez não tenha sido por outro motivo que Wolf (1807, p. 8) defendeu o uso da noção de *Altertums-Wissenschaft* [Ciência da Antiguidade] para se referir a esse campo de estudo. Ainda que seu gesto tenha sido mais retórico do que efetivo, o estudioso parecia preferir expandir a definição tradicional do objeto de seu interesse a fim de que compreendesse “o todo dos conhecimentos sobre a Antiguidade grega e romana”. Houve quem questionasse a manutenção do privilégio tradicional conferido à civilização greco-romana nesse estudo da Antiguidade, uma vez que esse longo e relativamente impreciso período de tempo teria conhecido momentos fundamentais ainda entre sumérios, egípcios, assírios, babilônicos, fenícios, hebreus, persas e etruscos (para citar apenas alguns), sendo mera manutenção de um preconceito eurocêntrico a exclusividade com que gregos antigos e romanos se mantiveram destacados no âmbito desse campo de estudos. Uma das vozes que se levantou para reivindicar isso foi a de Hermann Usener, e não apenas a dele: Jakob Bernays, Ernest Renan, Eduard Meyer, William Robertson Smith, Aby Warburg e Franz Cumont são alguns daqueles que buscaram expandir a compreensão de “Estudos da

Antiguidade” no século XIX para além de suas fronteiras pretensamente europeias. Curiosamente, essa questão foi levantada de forma polêmica nas últimas décadas por Martin Bernal, com os três volumes de seu controverso *Black Athena* [Atena negra] (publicados em 1987, 1991 e 2006), sendo ainda tema de acirrados debates entre classicistas, orientalistas e especialistas das mais diversas áreas das Antiguidades.

Como se vê com base nessa breve retrospectiva, o próprio nome e o próprio objeto da disciplina dos Estudos Clássicos não são temas totalmente livres de controvérsia e merecem ainda consideração por parte das pessoas interessadas em compreender de que modo seu posicionamento perante uma série de questões socioculturais (com implicações também econômicas) na contemporaneidade pode (ou deve) se dar.

Aqui seria possível ainda desdobrar reflexões sobre a história da área, a fim de esclarecer um pouco melhor certas sugestões apenas delineadas anteriormente. Tal tratamento mais pormenorizado, entretanto, terá que esperar uma oportunidade futura, pois já temos condições de entrar no assunto principal destas reflexões.

Estudos Clássicos no Brasil

A história do Brasil conta com uma série de especificidades no que diz respeito à formação de sua intelectualidade e algumas dessas especificidades importantes são pouco conhecidas ou não muito frequentemente levadas em conta por quem se dedica ao estudo e à pesquisa dos Estudos Clássicos no Brasil hoje. Acredito que valha a pena revisita-las aqui rapidamente a fim de que certas peculiaridades possam ser bem compreendidas.

O ensino do latim — não o do grego antigo — é bem antigo nessas terras. Ainda no início do período colonial, em 1549, os jesuítas encarregaram-se do ensino, valendo-se, para isso, de uma adaptação da famosa *Ratio Studiorum*: fruto maduro da Contrarreforma, a base desse

estudo era o latim e sua literatura, e, no caso do Brasil, também o tupi antigo, empregado como base de uma língua franca (CUNHA, 2007, p. 29). Embora houvesse estudos avançados para as pessoas mais afortunadas, nenhuma universidade foi fundada na Colônia e, com a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação colonial passou por um período de crise que só veio a ser relativamente amainada com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, cerca de meio século depois. Ainda que a gradual estruturação de instituições educacionais básicas tenha se tornado possível a partir de 1808, e avançado ainda mais após a Independência, em 1822, é inegável que as décadas de negligência das autoridades pesaram sobre a formação e a consolidação do sistema de ensino brasileiro.

Ainda no século XIX, tivemos a fundação de alguns cursos superiores, sobretudo nas áreas de Direito, Engenharia e Medicina, mas as primeiras universidades brasileiras só foram criadas no século XX (CUNHA 2007, p. 241). As primeiras faculdades de Letras foram fundadas a partir de meados do século, com um curso dividido em três modalidades (clássicas, neolatinas e anglo-germânicas). É digno de nota que, apesar da importância da cultura literária clássica nesse modelo, as pesquisas aprofundadas e os estudos especializados só surgiram, gradualmente, nas décadas seguintes.

Como se nota, portanto, o surgimento e a consolidação do ensino universitário brasileiro são bastante tardios e isso ajuda a compreender algumas particularidades do campo dos Estudos Clássicos no país. Afinal, ao contrário do que ocorre na França, na Inglaterra, na Alemanha ou nos Estados Unidos, essa disciplina não é um curso de graduação pleno na universidade brasileira. Por quê?

As razões são muito complexas, mas, para tentar sintetizar aqui os fatores decisivos da falta de um lugar específico para quem se dedica aos Estudos Clássicos no tardio arranjo universitário do Brasil, é preciso levar em conta o seguinte: esse campo é muito antigo nas universidades europeias

(pelo menos desde o século XVI, senão antes em algumas delas), onde, sob o nome de Filologia, esteve na base de inúmeras disciplinas modernas. Tal como sugerido por Michel Foucault (1966) e abundantemente documentado por James Turner (2014), a Filologia encontra-se na base das Ciências Humanas modernas, isto é, fundadas a partir do século XIX, incluindo campos como Linguística, Literatura, História, Arqueologia, Antropologia e Artes. Ora, como a fundação da universidade no Brasil é posterior à divisão da Filologia nessas disciplinas modernas (fato que se deu sobretudo no século XIX nas universidades da Europa e dos EUA), parece não ter havido interesse de se fundar aqui um curso específico de Filologia Clássica em pleno século XX, mas sim de fragmentar seu estudo em áreas mais específicas das Humanas, especialmente Letras, Filosofia e História.

A fundação dos cursos dedicados às áreas em diálogo com os Estudos Clássicos no Brasil, portanto, data da década de 1950. É só a partir de então que, gradualmente, teve início a nossa formação classicista mais especializada, com a defesa dos primeiros doutorados na pós-graduação em Letras Clássicas na USP: em 1961, José Cavalcante de Souza, com a tradução e o estudo do *Simpósio* de Platão; em 1963, Gilda Reale Starzynski, também com uma tradução e um estudo, ambos d'*As Nuvens* de Aristófanes (DUARTE, 2016, p. 55). Paralelamente, também foi fundada uma pós-graduação em Letras Clássicas na UFRJ, já na década de 1970, a partir dos esforços de Guida Horta. O coroamento dessa tendência ocorreu com a criação da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (SBEC), no ano de 1985. Segundo as palavras de Zélia Cardoso (2005, p. 1), foi só então que, chegado ao fim o longo período de ditadura militar no Brasil, iniciado em 1964, voltou a ser possível “que os estudiosos do assunto se reunissem, assistindo a apresentações de trabalhos e participando de grupos de estudo, intercambiando-se, ao mesmo tempo, experiências e informes sobre as investigações em curso.”

Como se nota, portanto, a constituição de uma comunidade acadêmica brasileira de Estudos Clássicos é bastante recente e, embora seja possível defender que a Antiguidade greco-romana tenha chegado ao Brasil com a primeira caravela portuguesa em 1500, não se pode negar que a fragilidade da formação superior no país teve um impacto profundo sobre sua relação com o que se chama de Tradição Clássica.

Um exemplo claro disso pode ser constatado com base em breve apanhado da história da tradução dos clássicos greco-romanos no Brasil. Tal como sugerido por um estudo de Adriane da Silva Duarte (2016, p. 44), é possível dividir essa história da seguinte forma: 1) a era dos patriarcas, centrada no período do Império, com as traduções de José Bonifácio de Andrada e Silva, João Gualberto Ferreira dos Santos Reis, Odorico Mendes e o próprio Dom Pedro II; 2) a era dos diletantes, que atravessa boa parte do século XX e inclui figuras fundamentais para o campo da tradução clássica no Brasil, como Carlos Alberto Nunes, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Mário da Gama Kury, Guilherme de Almeida, José Paulo Paes e Millôr Fernandes; 3) a era dos doutores, resultado do advento das universidades, iniciada em meados do século XX e continuada até os dias de hoje, com a atuação de professores universitários como JAA Torrano, Trajano Vieira, João Ângelo Oliva Neto, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, Ana Maria César Pompeu e Guilherme Gontijo Flores. Não é mera coincidência que a proposta de arranjo histórico aí defendida por Adriane Duarte seja basicamente a mesma da cronologia das instituições brasileiras de ensino tal como delineada anteriormente.

A fragilidade dos Estudos Clássicos no Brasil, a quase ausência de uma tradição universitária, a dificuldade para encontrar traduções e estudos de qualidade sobre certos temas fundamentais, tudo isso se explica quando compreendemos — a partir de um esboço reconhecidamente apressado e

geral — a história de constituição desse campo em nosso país.² Apesar de certa euforia experimentada pela universidade no Brasil nos primeiros anos do século XXI, com projetos federais de expansão e políticas de inclusão que representaram um desenvolvimento também para o campo dos Estudos Clássicos, a verdade é que essa breve “Idade de Ouro” já acabou: os últimos anos testemunharam o fim da obrigatoriedade do estudo de disciplinas clássicas no currículo de boa parte dos cursos de graduação e, apesar dos esforços da SBEC e de inúmeras pessoas assiduamente dedicadas à pesquisa, ao ensino e à divulgação da Antiguidade em atividades de extensão, a área não está muito consolidada em nosso país e parece jamais ter estado de fato.

Presente... Passado...

Com esse tom de um realismo meio pessimista, entro na última parte da exposição. O subtítulo deste texto é uma pergunta e se dirige, no que diz respeito à situação dos Estudos Clássicos no Brasil, a algumas ambiguidades: “um presente do passado?”

Que presente? O tempo presente, a atualidade, na qual os Estudos Clássicos continuam a existir e a desempenhar uma função epistemológica como área que se desenvolveu ao longo de séculos de leitura, interpretação, crítica textual, pesquisa e muito estudo? O presente da realidade brasileira, cujas especificidades mais imediatas envolvem um golpe político, um processo de ataques sistemáticos às instituições públicas e uma tentativa de calar as instâncias críticas aos crimes de Estado que temos presenciado? Um presente diante do qual as condições para a prática dos Estudos Clássicos já teriam se tornado passado?

2 Para considerações acerca desse quadro geral, conferir o que descreve a helenista Paula da Cunha Corrêa (2001, p. 217) em seu relatório apresentado numa mesa redonda sobre os “Estudos Clássicos nas Américas” durante uma reunião da *American Philological Association*.

Aliás, que passado? O passado que constitui o objeto dos Estudos Clássicos, isto é, a Antiguidade Clássica, encarada aí em suas permanências até hoje, mesmo no Brasil? Ou o passado dos Estudos Clássicos, isto é, a sua História até o momento presente, incluindo aí a curta história previamente delineada desse campo universitário também em terras brasileiras?

“Um presente do passado?” Não se esquecer ainda de que se trata de uma interrogação. *A-tentar* a resposta.

Gostaria de propor aqui rápidas considerações para precipitar o fim. Essas considerações estão fadadas a, no máximo, talvez indicar alguns dos pontos que considero fundamentais para as Clássicas hoje, embora não possa tratá-los e desenvolvê-los aqui como mereceriam: esses temas continuarão a ocupar minhas pesquisas e não tenho um posicionamento final acerca deles, apenas algumas hipóteses que gostaria de propor.

Em primeiro lugar, sobre o presente dos Estudos Clássicos, entendidos aí como campo acadêmico de conhecimento que continua a formar pessoas hoje para ler, interpretar, compreender e estudar a Antiguidade Clássica, reivindicando sua vocação originariamente transdisciplinar, entre literatura, linguística, história, filosofia, arqueologia, antropologia, psicologia, teologia e outras áreas. Reforçando essa transdisciplinaridade, podemos defender, em nossas universidades, uma formação mais ampla, aberta e capacitada ao debate de ideias com pessoas de outras formações e mesmo fora da universidade. O paradigma de educação clássica, em chave humanista, certamente tem problemas, mas ainda pode sugerir apontamentos pertinentes para enfrentarmos novos desafios em termos sociais e educacionais. É preciso manter um diálogo constante e construtivo com a sociedade, expondo seus princípios, seus meios e seus fins, para demonstrar a importância social da área.

Dentro desse mesmo ponto, acredito ser necessário ainda sugerir que os Estudos Clássicos no presente podem se beneficiar ao dar prosseguimento à tendência de compreender a própria Antiguidade em

termos cada vez menos marcados pelo etnocentrismo, pelo colonialismo e por outras formas de imposição violenta de um padrão europeizado, branco, masculino e heteronormativo em suas abordagens. Isso implica, por um lado, estar disposto a se abrir para compreender os diálogos que os gregos antigos e os romanos estabeleceram com muitas outras civilizações — “bárbaras”, “orientais”. Já contamos com importantes trabalhos caminhando nessa direção e a tendência é que eles se tornem cada vez mais numerosos, à medida que avançarem os estudos e as pesquisas. Com isso, vastas quantidades de novos materiais estarão à disposição de classicistas para que fenômenos históricos complexos possam ser encarados com a devida atenção à sua complexidade. Por outro lado, isso implica ainda em propor novas frentes de investigação dos materiais já conhecidos: estudos sobre a representação dos gêneros, das raças, das identidades, da sexualidade; pesquisas sobre práticas sociais, como o homoerotismo, o infanticídio, o sacrifício, certos cultos sagrados etc. Mais uma vez, contamos com importantes contribuições que, desde meados do século XX, avançam questões fundamentais para uma visão renovada da Antiguidade.

Um segundo ponto é sobre o presente vivenciado por classicistas no Brasil de 2021. Jamais podemos nos esquecer do lugar que ocupamos e, por mais interessados que sejamos no passado clássico e em dialogar sobre esse passado com colegas do mundo todo, somos universitários de um país onde as instituições públicas têm sido alvo de ataques constantes das próprias autoridades, onde várias violações têm sido cometidas contra o Direito e a Justiça. E aqui ressoam as perguntas: o classicista pode se mostrar indiferente à realidade que vive e testemunha? Qual é nossa responsabilidade perante estudantes, colegas e até mesmo a sociedade brasileira de modo geral? Obviamente, a resposta a essas questões cabe apenas à consciência de cada pessoa, mas acredito sinceramente que um engajamento com nossa realidade seja um caminho fundamental para que os Estudos Clássicos reivindiquem seu lugar no presente e se tornem

efetivamente significativos para a sociedade brasileira.

Um terceiro ponto diz respeito à nossa relação presente com o passado, com o que constitui o objeto dos Estudos Clássicos, isto é, a Antiguidade Clássica, hoje. Como esse passado permanece presente no Brasil? O que podemos fazer com isso? A referência aqui é, a um só tempo, àquilo que convencionalmente se chama de Tradição Clássica, mas também àquilo que podemos estudar numa chave de Recepção Clássica. A distinção entre as expressões pode parecer irrelevante, mas convém ter em mente algumas orientações básicas quando nos voltamos para o diálogo construtivo entre a Antiguidade Clássica e outros tempos.

Sobre tradição clássica, recorro aqui à definição simples proposta por Jacyntho Lins Brandão (digo simples porque ele a utiliza sem a contrapor a qualquer outra noção, empregando-a apenas para operacionalizar sua exposição sobre os Estudos Clássicos no Brasil):

Entendo por tradição clássica a transmissão de um imaginário cujo ponto de partida se encontra na cultura greco-romana, imaginário que se apresenta como elemento dinâmico na configuração de diferentes culturas, ou seja, como aquilo em que se investe de modo diversificado até o ponto de poder-se dizer que conforma uma tradição comum porque já não mais de ninguém em particular. (BRANDÃO, 2006, p. 50).

A essa ideia de uma herança potente legada pela Antiguidade Clássica, capaz de revigorar ativamente culturas posteriores com seu rico imaginário, tem sido proposta nos últimos anos a noção de Recepção Clássica. Trata-se não tanto de uma noção que se oponha à de um imaginário greco-romano antigo capaz de se apresentar como elemento dinâmico na configuração de diferentes culturas, mas sim de uma abordagem que busca ressaltar as diferenças instauradas pelo novo contexto cultural de apropriação desse imaginário, ao invés de trabalhar na busca pelas semelhanças e meras

retomadas, numa chave tradicional de “fontes e influências”. Trata-se, portanto, de pensar nesse diálogo cultural, ao modo de Jorge Luis Borges, da perspectiva de quem hospeda a cultura clássica: por que hospeda? De que modo? O que acontece nesse gesto de hospitalidade?

A meu ver, mal começamos a engatinhar nesse tipo de abordagem nos Estudos Clássicos no Brasil. É certo que temos alguns bons estudos de casos específicos, como os trabalhos de Jacyntho Lins Brandão e Bruno Vieira sobre Machado de Assis; ou ainda os de Tereza Virgínia Barbosa, Christian Werner e Lorena Lopes da Costa sobre Guimarães Rosa; cabendo lembrar ainda as pesquisas de Maria das Graças de Moraes Augusto, sobre alguns autores dos sécs. XIX e XX, e os volumes organizados por André Chevitaese, Gabriele Cornelli e Maria Aparecida de Oliveira Silva (2008) e Robert de Brose (2018). Contudo, até onde sei, não temos nenhum compêndio inteiramente dedicado à Recepção Clássica no Brasil, nem mesmo um trabalho de erudição que se proponha a abordar de forma sistemática a Tradição Clássica em nosso país. A falta desse tipo de material dificulta a expansão de nossas vias de diálogo com outras áreas (como a Literatura Brasileira, a História do Brasil, a História da Arte no Brasil etc.) e com outros públicos, uma vez que tais estudos têm enorme potencial didático, devido ao escopo, à transdisciplinaridade e a seu apelo social.

Obviamente seria necessário tratar ainda da forma mais radical de recepção que é a tradução. Já temos uma boa linhagem de tradutores dedicados a textos clássicos no Brasil, como o artigo de Adriane da Silva Duarte (2016) repertoria bem. Entretanto, acredito que poderíamos nos dedicar a essa área com um pouco mais de consciência crítica e planejamento: alguns textos clássicos mais canônicos contam com cinco ou seis traduções brasileiras recentes, enquanto outros textos importantes da Antiguidade jamais foram vertidos para a nossa língua. Aqui seria preciso um amplo trabalho para se repertoriar e disponibilizar de forma acessível (preferencialmente em arquivos virtuais) todos os textos clássicos que já

tenham sido vertidos para o português, em especial para o português do Brasil, a fim de que classicistas tradutores possam fazer uma escolha — para além das complicadas exigências editoriais relativas a apelo público e capacidade de vendagem — dispondo de mais dados sobre as necessidades de uma vindoura *Bibliotheca Classica Brasiliiana*, na linha do que vem sugerido por Roosevelt Rocha (2019, p. 206). Iniciativas nesse sentido são os estudos de Eduardo Tuffani (2006) e Thaís Fernandes (2017), repertoriando as traduções em português de textos greco-romanos já publicadas no Brasil.

Um quarto ponto diz respeito ainda ao passado dos Estudos Clássicos no presente, isto é, diz respeito à sua História até o momento atual, incluindo aí a curta história anteriormente delineada desse campo universitário no Brasil. Tenho o plano de que esse último ponto venha a ocupar uma parte significativa de meus próximos estudos: embora tenhamos excelentes manuais em inglês, alemão e francês relativos à história dos Estudos Clássicos, até onde sei, nenhum em português (nem mesmo traduzido de outras línguas), e a falta desse material de apoio compromete muito nossa possibilidade de tomada de consciência sobre essa área. É certo que a maioria dos classicistas, e mesmo dos graduandos, consegue ler em línguas estrangeiras e, por isso, pode ter acesso aos excelentes materiais de Sir John Edwin Sandys, Ulrich von Wilamowitz-Moellendorf, Rudolf Pfeiffer, Pascale Hummel etc. Contudo, o fato de não termos pelo menos *um* livro de referência sobre o assunto em português constitui uma enorme carência bibliográfica. Não apenas porque isso dificulta a adoção de um material de referência básico num curso de graduação dedicado à História dos Estudos Clássicos, mas também porque qualquer material que viermos a adotar será atravessado pelo viés nacional que é próprio às contribuições de cada um dos classicistas já mencionados: o viés britânico, o alemão, o francês. Ou seja, precisamos de uma história brasileira dos Estudos Clássicos.

Precisamos também de uma história dos Estudos Clássicos no

Brasil. Aqui, mais uma vez, como já sugeri, não são muitos os trabalhos de que dispomos, mas o que temos constitui um referencial importantíssimo: o texto de Maria Celeste Consolin Dezotti e Maria Helena de Moura Neves (1987), o de Paula da Cunha Corrêa (2001), o de Jacyntho Lins Brandão (2006) e o de Zélia de Almeida Cardoso (2014) constituem bons panoramas sobre a história e a situação dos Estudos Clássicos no país; há também o volume sobre História Antiga no Brasil, organizado por Pedro Paulo Funari, Glaydson José Silva e Adilton Martins (2007); o volume *Permanência Clássica*, organizado por Marcio Thamos e Brunno Vieira (2011), mais voltado para questões de Recepção Clássica, embora certas sugestões tenham relação com a história dos Estudos Clássicos em nosso país; há também o importante dossiê temático da revista *Mare Nostrum* de 2017 (número 08), com o título “História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa”; além dos textos apologéticos de Flávio Ribeiro de Oliveira (2014) e Roosevelt Araújo de Rocha Júnior (2019). Recentemente, descobri também a importante tese de José Amarante Santos Sobrinho (2013).

Como se vê, com base nesses pontos levantados em torno à interrogação “um presente do passado?”, ainda há muito por fazer. Entretanto, não gostaria de chegar ao fim desta exposição deixando a impressão de uma terra devastada. Há ruínas sim, mas talvez pudéssemos encará-las segundo aquilo que sugerem os versos de Jacyntho Lins Brandão (2020, p. 53):

Amo as ruínas
Não pelo passado
- De passado não me curo -
Amo as ruínas
Pelo que têm de futuro

Há ruínas sim, mas plenas de futuro em sua abertura à nossa atuação. O sentido dessa atuação dependerá apenas daquilo que subentendermos de

dom e de *dádiva* a cada momento em que pensarmos na palavra “presente”: um pomo dedicado como prêmio “à mais bela”; uma armadura de ouro oferecida ao *xénos* do exército adversário; um enorme cavalo de madeira deixado nas praias de Troia; uma viagem segura de volta à casa. Seguindo a lógica de que todo dom (em inglês, *gift*) pode se revelar um mal (*Gift*, em alemão, é veneno), bem como de que todo embuste pode se revelar um bem, uma vez que as ações de dar (*Geben*) e receber o que é dado (como acontece em todo ato de hospitalidade) envolvem uma abertura à salvação e ruína.

“Estudos Clássicos no Brasil: um presente do passado?” A maneira como cada leitor(a) responderá a essa interpelação — preservada aqui agora — dependerá apenas de sua própria decisão. Mas a forma como os Estudos Clássicos brasileiros responderão, se é que vão, dependerá de todos nós.

Referências

ADLER, Eric. *Classics, the Culture Wars, and Beyond*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. Politeia tropical: a recepção dos clássicos, a tradição política no Brasil do século XIX e a tradução das Categorias aristotélicas por Silvestre Pinheiro Ferreira. In: SILVA, Maria de Fátima; AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes (orgs.). *A recepção dos Clássicos em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume Editora, 2015, p. 15-68.

AUGUSTO, Maria das Graças de Moraes. A tradição da retórica clássica no Brasil: entre a filosofia e a poesia. In: ASSUNÇÃO; T. R.; FLORES-JÚNIOR, O.; MARTINHO, M. (orgs.). *Ensaio de retórica antiga*. Belo Horizonte: Tessitura, 2010, p. 313-350.

BERNAL, Martin. *Black Athena: Afroasiatic Roots of Classical Civilization*. 3 vol. Vol. 1: The Fabrication of Ancient Greece, 1785-1985. Vol. 2: The Archaeological and Documentary Evidence. Vol. 3: The Linguistic Evidence. London: Rutgers University Press, 1987-2006.

BLOXHAM, John. *Ancient Greece and American Conservatism: Classical Influence on the Modern Right*. London; New York: I. B. Tauris, 2018.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. *Mais (um) nada*. Belo Horizonte: Quixote+Do Editoras Associadas, 2020.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Estudos Clássicos no Brasil. In: PONCE HERNÁNDEZ, Carolina; ROJAS ÁLVAREZ, Lourdes (Coord.). *Estudios Clásicos en América en el Tercer Milenio*. Facultad de Filosofía y Letras: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, p. 49-68.

BROSE, Robert de. *Pervivência Clássica: interfaces entre tradução e recepção dos Clássicos*. Belo Horizonte: Moinhos, 2018.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Zélia A. *SBEC 20 anos: uma história*. 2005. Disponível em: <https://www.classica.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=5>. Acesso em 06 set. 2020.

CARDOSO, Zélia A. O percurso dos Estudos Clássicos no Brasil. *Classica*, v. 27, n. 1, p. 17-35, 2014.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Orgs.). *A Tradição Clássica e o Brasil*. Brasília: Fortium, 2008.

CORRÊA, Paula da Cunha. Classical Studies in Brazil. *Classical Bulletin*, v. 77, n. 2, p. 216-239, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: O ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin; NEVES, Maria Helena de Moura. Os Estudos Clássicos nas Universidades Brasileiras. *Euphrosyne*, Lisboa, v. 15, p. 343-355, 1987.

DUARTE, Adriane da Silva. Por uma história da tradução dos clássicos greco-latinos no Brasil. *Translatio*, v. 12, p. 43-62, 2016.

FERNANDES, Thaís. *A literatura latina no Brasil: uma história de traduções*. 2017. 205f. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução). Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard, 1966.

FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Glaydson José; MARTINS, Adilton Luís (Org.). *História antiga: Contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

HUMMEL, Pascale. *Histoire de l'histoire de la philologie*. Étude d'un genre épistémologique et bibliographique. Genève: Librairie Droz, 2000.

MARE NOSTRUM. Revista do Laboratório de Estudos do Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, v. 8, n. 8, 2017.

OLIVEIRA, Flávio Ribeiro. Sobre a pertinência do estudo de Letras Clássicas no Brasil contemporâneo. *Remate de Males*, v. 34, n. 2, p. 625-631, 2014.

PFEIFFER, Rudolf. *History of Classical Scholarship*. 2 vol. Vol. 1: From the beginnings to the end of the Hellenistic age. Vol. 2: From 1300 to 1850. Oxford: Clarendon Press, 1968-1976.

ROCHA JÚNIOR, Roosevelt Araújo. Por que o Brasil precisa dos Estudos Clássicos. *Em Tese*, v. 25, n. 1, p. 203-209, 2019.

SANDYS, John Edwin. *A History of Classical Scholarship*. 3 vol. Vol. 1: From the Sixth Century B.C. to the End of the Middle Ages. Vol. 2: From

the Revival of Learning to the End of the Eighteenth Century (in Italy, France, England, and the Netherlands). Vol. 3: The Eighteenth Century in Germany and the Nineteenth Century in Europe and the United States of America. Cambridge: University Press, 1903-1908.

SANTOS SOBRINHO, José Amarante. *Dois tempos da cultura escrita em latim no Brasil: o tempo da conservação e o tempo da produção*. 2013. 313f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

TUFFANI, Eduardo. *Repertório brasileiro de língua e literatura latina*. Co-tia: Íbis, 2006.

TURNER, James. *Philology: The Forgotten Origins of the Modern Humanities*. Princeton: Princeton University Press, 2014.

USENER, Hermann. Philologie und Geschichtswissenschaft. In: _____. *Vorträge und Aufsätze*. Leipzig: B. G. Teubner, 1907 [1882], p. 1-36.

VIEIRA, Brunno V. G.; THAMOS, Marcio (orgs.). *Permanência Clássica: visões contemporâneas da antiguidade greco-romana*. São Paulo: Escrituras Editora, 2011.

WILAMOWITZ-MOELLENDORF, Ulrich von. *Geschichte der Philologie*. Mit einem Nachwort und Register von Albert-Henrichs. 3 ed. Stuttgart: Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 1998 [1921].

WOLF, Friedrich August. *Prolegomena ad Homerum*. Halle, 1795.

WOLF, Friedrich August. Darstellung der Alterthums-Wissenschaft. In: WOLF, Friedrich August; BUTTMANN, Philipp (eds.). *Museum der Alterthums-Wissenschaft*. 1. ed. Berlin: Realschulbuchhandlung, 1807, p. 1-145.

ZUCKERBERG, Donna. *Not All Dead White Men: Classics and Misogyny in the Digital Age*. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 2018.

Classical studies in Brazil: a present from the past?

Abstract: I propose here a reflection, in four times, about the modern discipline of Classical Studies, considering its general history and, subsequently, its specific formation in Brazil. For this, I briefly situate a common discourse about the crisis in this area, mentioning some studies on the subject, and then outlining — in the light of my own training and experience as a classicist in Brazil — certain aspects of its recent disciplinary history (since the end of the 18th century), with an emphasis on its establishment at the Brazilian university from the middle of the 20th century onwards. I finish with some practical considerations on the various meanings of the question that has been suggested by the subtitle of this paper: Classical Studies in Brazil, a present [gift] from the past?

Keywords: History of Classical Studies. Classical Studies in Brazil. Crisis. Present. Past.